

A DEMOCRACIA, O LIBERALISMO E A ESQUERDA: perspectivas e contradições

Jonadabe Gondim Silva

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

A DEMOCRACIA, O LIBERALISMO E A ESQUERDA: perspectivas e contradições

Resumo: Este artigo trata das articulações entre a esquerda, a democracia e as diretrizes liberais que têm alcançado hegemonia no Ocidente nas últimas décadas, sendo determinante para o domínio classista burguês e sobre quais as perspectivas para a reconstrução da democracia em bases realmente igualitárias.

Palavras-chave: Democracia, liberalismo, esquerda política.

DEMOCRACY, LIBERALISM AND THE LEFT: perspectives and contradictions

Abstract: This article deals with the joints between the left, the democracy and the liberal policies that have achieved hegemony in the West in recent decades, being decisive for the bourgeois class- field and on the outlook for the reconstruction of democracy in really an egalitarian basis.

Key words: Democracy, liberalism, political left.

Recebido em: 26.10.2014. Aprovado em: 23.09.2015.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo aborda algumas questões bastante recorrentes na atualidade e, talvez, por isso mesmo, de difícil resolução. Entender a dinâmica das articulações entre a política e a economia e ainda esboçar as perspectivas possíveis para a superação das condições atuais em ambas é algo extremamente complicado por se tratar não de coisas, mas de relações historicamente produzidas e historicamente determinadas e por ser também difícil o consenso entre os pensadores, sejam de direita ou de esquerda (conceitos cada vez mais polissêmicos). São relações entrelaçadas historicamente, mas que não possuem, necessariamente, um sentido único.

O liberalismo econômico – em suas diversas configurações – assim como a democracia, em suas mais diversas modalidades (direta, representativa, participativa etc.), apresenta um desenvolvimento histórico rico e pouco linear, passando por seguidas crises, mas, ainda assim, bastante veiculado como pressuposto para a construção de uma sociedade mais livre. O liberalismo econômico e a configuração democrática da política são disseminados no Ocidente como ideologias predominantes, portanto conectadas ao poder dominante, que se sustenta, por sua vez, na contradição entre a produção social da riqueza e a sua acumulação privada.

Essa articulação – radicalmente estruturada pelo modo de produção, circulação e consumo capitalista – gera para as categorias sociais sobre-exploradas pelo capital a necessidade de pensar a democracia diante de tal configuração, considerando que a democracia não possa ser apreendida ou compreendida isoladamente. O diálogo com as estruturas socioeconômicas – definida na realidade sul-americana, nas últimas décadas, pelas diretrizes neoliberais¹ e pós-neoliberais² – faz-se necessário, visto que a construção democrática encontra-se radicalmente determinada por essas estruturas e diretrizes socioeconômicas e que em função das mesmas ganhe cada vez mais espaço na agenda política internacional. Entender como se dá essa incorporação da democracia na política internacional é fundamental para pensarmos sobre que possibilidades esta pode ofertar para a construção de um mundo mais justo.

A inserção da democracia na agenda internacional é fruto de uma movimentação histórica complexa e contraditória, pois de todos os valores ocidentais, poucos tiveram um desenvolvimento histórico tão marginal, foram alvos de tanta desconfiança e também poucos se elevaram tanto e angariaram, em que pese todos os revezes, tanto apreço quanto a democracia. O trajeto do desenvolvimento das forças democráticas no ocidente foi marcado por toda uma série de circunstâncias (incluindo duas guerras mundiais, apenas para citarmos os exemplos mais dramáticos),

mas que foram transpassadas como que se esta fosse dotada de uma força irresistível, embora esse mesmo desenvolvimento histórico nos impila a não adotar nenhum tom triunfalista sobre isso.

O liberalismo – principalmente em suas faces neoliberais e pós-neoliberais – por sua vez, cada vez mais associado ideologicamente à construção democrática, é caracterizado por atuar em função da ampliação do direito de propriedade e de intervenção na economia pelos investidores internacionais, pela política de contenção de gastos e ajustes fiscais por parte dos governos, maximização da iniciativa privada como referencial econômico e social, diminuição das funções do Estado e retirada de garantias aos trabalhadores.

A articulação da democracia – difundida como valor universal – e o modelo neoliberal de gestão econômica – que os países capitalistas centrais buscam implantar em perspectivas também ecumênicas – se irmanam, mas como veremos também se contradizem e em meio a muito acúmulo, concentração de riquezas e promessas não cumpridas, as camadas expropriadas e as forças de esquerda (seja ela nova ou velha, ponto que, por questão de espaço, não vou aprofundar) tentam resolver a difícil questão de como se articular diante desse quadro e que tipo de democracia é possível e necessária.³

2 DEMOCRACIA A VENDA

Se para Norberto Bobbio (2000), o conceito literal e simplificado de democracia (*demo* + *kratos*, governo do povo ou *poder em público*, como este autor usualmente a define), mantém-se essencialmente o mesmo de 2500 anos atrás (salvo, como afirma o autor, pelo fato da gradativa substituição da ideia do protagonismo do povo pela do cidadão e pela constituição do voto como alternativa à participação direta na política), concretamente a democracia é construída de forma diversa, com variadas formas de exercício, correspondente à sua própria formação histórica e das categorias e organizações que ela media em cada localidade ou estado. No consenso geral e atual, a democracia é identificada como um sistema favorável à liberdade, à igualdade de direitos e à dignidade humana, por mais carregadas de ambiguidades que todas essas expressões possam ser.

Porém, convém lembrar que a democracia, assim como o próprio ser humano, existe situada em seu próprio processo histórico, respondendo dialeticamente às demandas correspondentes ao mesmo. O modelo de participação e representatividade democrática no qual estamos inseridos – alinhado ao dos países capitalistas centrais no Ocidente – tem a sua atual configuração existente há apenas algumas décadas. A sociedade francesa, reconhecida como grande irradiadora das luzes da razão ocidental a partir do século XVIII,

só concedeu às mulheres o direito ao voto a partir do início da década de 1940. Os Estados Unidos, a maior potência democrática mundial, por sua vez, só garantiu o direito de participação feminina na política formal em 1920, através de emenda constitucional que tornava ilegal a distinção entre os gêneros no processo eleitoral. A Alemanha teve que passar pela experiência traumática do nazismo para compreender melhor o poder e o alcance de um Estado democraticamente articulado. O Brasil, que, apesar dos percalços, é atualmente reconhecido internacionalmente como uma democracia estável, teve ao longo de sua existência como nação emancipada poucos momentos de exercício democrático contínuo, sendo que há apenas algumas décadas a maior parte da população adulta exerce o direito ao voto e os direitos políticos ainda hoje se encontram em desalinho aos direitos civis e sociais (CARVALHO, 2004).

Dentro do quadro político internacional contemporâneo, o modelo democrático de gestão política encontra-se conjugado aos modelos neoliberais e pós-neoliberais de gestão econômica, confundindo-se com esses e associando-se à liberdade de exploração de trabalho, de procura de preços no mercado e de concorrência, consideradas, nessa perspectiva, como condições essenciais para o melhor desenvolvimento da vida social e da construção democrática. Mais que isso, esse alinhamento é posto, dentro das perspectivas liberais, como possibilidade única para a democracia, como modo de articulação política, ter existência e desenvolvimento. Algo bem sintetizado no enxerto a seguir:

Atualmente, diz-se muitas vezes que a democracia não tolerará o “capitalismo”. Se, aqui, “capitalismo” quer dizer um sistema competitivo baseado na livre circulação de propriedade privada, é muito mais importante perceber que só neste sistema é que a democracia é possível. Quando passar a ser dominada pelo credo coletivista, a democracia, inevitavelmente, destruir-se-á a si mesma. (HAYEK, 2009, p. 100, grifos do autor).

Esta é uma afirmação contundente: segundo o autor, sem o suporte do conjunto de práticas capitalistas, a liberdade democrática segue enfraquecida ou, ainda pior, converte-se em mero ornamento para os totalitarismos. A democracia, enquanto liberdade política e o capitalismo, enquanto liberdade econômica, estão, na visão dessa corrente de pensamento (do qual Hayek é um dos maiores expoentes), irmanados e a maximização de uma parte, corresponderia à maximização da outra. Em contrapartida, a coletividade, quanto maior o seu volume maior seria a opressão sobre o indivíduo. Nessa visão, quanto maior segurança o indivíduo

tiver de sua própria liberdade tão mais segura a democracia como um todo se desenvolve. Para isso é necessário livrar o indivíduo das amarras que o aprisionariam. O Estado, dessa forma, para a manutenção das liberdades em âmbito político e econômico, consagradas no indivíduo livre, deve reduzir-se como instituição reguladora, protegendo os indivíduos apenas aonde suas forças não bastem. Assim, o Estado, usufruindo do monopólio da violência e da aplicação da justiça, deveria se manifestar como instituição que atua em garantia a liberdade individual e ao direito de propriedade, e é em nome destes, sobretudo em garantia deste último, que a justiça deveria ser aplicada, garantindo aos indivíduos a liberdade de gerenciar seus próprios interesses, dos quais são os maiores conhecedores, como Hayek (2009, p. 1358, grifo do autor) explica adiante:

[...] o sistema de propriedade privada é a mais importante garantia de liberdade, não só dos que a possuem, mas também dos que não a possuem. É por o controle dos meios de produção estar dividido por tanta gente que age de modo independente que ninguém tem pleno controle sobre nós; que nós, como indivíduos, podemos decidir o que fazer. Se todos os meios de produção estivessem confiados a uma só mão, fosse esta nominalmente a da “sociedade” como um todo ou a de um ditador, quem exercesse esse controle teria poder absoluto sobre nós.

Essa perspectiva atribui ao poder individual, respaldado pela lei, a garantia da manutenção e perpetuação das liberdades democráticas, que se consagrariam no indivíduo, cujas liberdades seriam reconhecidas pelos seus semelhantes. Sobre essa afirmação do indivíduo perante a sociedade, Bobbio (2000, p. 381-382) acrescenta:

Há individualismo e individualismo. Há o individualismo da tradição liberal-libertária e o individualismo da tradição democrática. O primeiro arranca o indivíduo do corpo orgânico da sociedade e o faz viver fora do regaço materno, lançando-o ao mundo desconhecido e cheio de perigos da luta pela sobrevivência, onde cada um deve cuidar de si mesmo, em uma luta perpétua, exemplificada pelos hobbesiano *bellum omnium contra omnes*. O segundo agrupa-o a outros indivíduos semelhantes a ele, que considera seus semelhantes, para que da sua união à sociedade venha a recompor-se não mais como um todo orgânico do qual saiu, mas como uma associação de indivíduos livres. O primeiro reivindica a liberdade

do indivíduo em relação à sociedade. O segundo reconcilia-o com a sociedade fazendo da sociedade o resultado de um livre acordo entre indivíduos inteligentes. O primeiro faz do indivíduo o protagonista absoluto, fora de qualquer vínculo social. O segundo faz dele o protagonista de uma nova sociedade que surge das cinzas da sociedade antiga, na qual as decisões coletivas são tomadas pelos próprios indivíduos ou por seus representantes.

Essas afirmações, essencialmente complementares, expõem que o indivíduo (e o direito sobre suas posses) é à base da sociedade política e a expressão de sua liberdade é o mote da vida social. Ambas as proposições se vinculam ao associar a liberdade e a democracia ao conjunto das práticas capitalistas. A agregação de tais princípios resultaria na ordem democrática, fruto da ação dos homens livres que, em proveito de seus interesses, se articulam conjuntamente. Ambos os autores compartilham o otimismo na capacidade empreendedora do ser humano e na possibilidade de geração de bem-estar, oriundas da produção dos excedentes do capitalismo, mesmo (e até em razão de) que esse acúmulo se dê de modo desigual.

Não se trata de uma formulação exatamente nova. John Locke (2002), em *Segundo Tratado Sobre o Governo*, expõe de forma direta a visão liberal sobre as razões da necessidade de construção da sociedade civil. Senão vejamos:

Para evitar esses percalços que perturbam os homens no estado de natureza, estes se unem em sociedade para que a somatória de suas forças reunidas lhes garanta e assegure a propriedade, e para desfrutarem de leis fixas que a limitem, que esclareçam a todos o que lhes pertence. (LOCKE, 2002, p. 101).

A igualdade social resulta, ainda seguindo esse conjunto de ideias, mais facilmente na tirania do que no bem-estar coletivo. Dessa forma, o Estado e o indivíduo estariam em uma gangorra; quanto mais um estiver elevado mais baixo o outro se encontrará. O acúmulo de poder pelo Estado determina o nível de opressão sobre o indivíduo, logo a liberdade política configurada pela democracia se assenta não no volume das instituições coletivas, mas na redução destas. Quanto menos funções o Estado exercer (e menos poder este concentrar), maior a articulação dos indivíduos livres, que gerenciariam os seus interesses da melhor forma possível. O Estado deveria então exercer um papel periférico, cabendo à iniciativa privada (e ao capitalismo em si) a centralidade de todas as movimentações sociais.

Entretanto, acredito que esse ponto de vista apresenta alguns elementos que precisam de maior

elucidação. É ilusório acreditar que o Estado e a sociedade civil ocupem esferas tão distintas e que o volume do Estado se oponha fundamentalmente ao desenvolvimento capitalista. O Estado - como um conjunto de poderes constituídos - se detém alguma autonomia diante do corpo social e das práticas econômicas, essa é parcial e se estabelece a partir de seu papel mediador diante das contradições concernentes ao modo de produção (coletivo) e acumulação (privada) próprio do sistema capitalista. Logo, principalmente no modo de produção neoliberal, o Estado não se desenvolve em oposição à propriedade privada, mas em função desta, e seu papel vai muito além do de proteger a vida e a propriedade do indivíduo, como ventila Ilse Gomes Silva (2003, p. 55):

[...] o Estado constitutivamente está presente nas relações de produção e de reprodução do sistema capitalista, embora de forma diferenciada para cada fase do modo de produção. Essa relação dá-se de modo específico, posto que uma das características do modo de produção capitalista é a unidade e a relativa autonomia entre as esferas política, econômica e ideológica, a partir do qual se definem os campos e os limites de atuação de cada instância.

O acúmulo de funções do Estado está diretamente associado às crises e às contradições inerentes ao capitalismo, o que nos faz perceber que o volume de práticas capitalistas, em dada sociedade, não resulta necessariamente na (e da) diminuição do Estado enquanto instância mediadora. O Estado não está acima dessas contradições, mas existe em função e em proveito dessas, sendo que o seu conjunto burocrático encontra-se em sua maior e mais determinante parcela gerenciado pelos detentores do capital. Desta forma, o Estado, ao consagrar o direito de propriedade, consagra as bases da desigualdade social e do predomínio de uma categoria sobre a outra, como sintetizam Karl Marx e Friedrich Engels (2005, p. 98):

[...] Os escritores franceses, ingleses e americanos, em geral, dizem todos que o Estado só existe por causa da propriedade privada, de tal maneira que essa ideia acabou por passar para o senso comum. Já que o Estado, pois, é a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de um período, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e dele adquirem uma forma política, daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade livre, destacada de sua base real.

Nos moldes apresentados, a democracia hodierna responde direta e dialeticamente ao conjunto produzido supranacionalmente pela hegemonia das práticas liberais e as suas atuais configurações, desenvolvidas em larga escala tanto nos países capitalistas centrais quanto nos periféricos. Desse modo, a democracia desenvolve-se relacionada contextualmente à hegemonia da economia de mercado que se consolida globalmente em face das condições e ajustes mencionados, ainda que confrontada por múltiplas e cíclicas crises da economia mundial.

A configuração democrática assume, no contexto apontado, um caráter globalizante, espetacular e particularmente agressivo: Investe-se em grandes esforços jurídicos e diplomáticos, bilhões em marketing eleitoral, em campanhas engenhosas (às vezes nem tanto) que induzem aos eleitores a sentirem que participam - como bons espectadores - de uma festa (a saudada *festa da democracia*) e bilhões são gastos em embargos político-econômicos ou em ofensivas militares contra Estados marginalizados pelas potências capitalistas centrais, acusados, sobretudo, de serem *antidemocráticos*, o grande pretexto (ao lado do combate ao terrorismo) para a intervenção armada neste século. As ofensivas da *Organização do Tratado do Atlântico Norte* (OTAN) nos Bálcãs na primeira metade da década de 1990 e as investidas coordenadas pelos EUA no Oriente Médio no século presente exemplificam bem como através de um discurso em favor da defesa da democracia, o uso do poderio militar pode se intensificar internacionalmente e como no neoliberalismo o Estado atua de forma fortemente intervencionista, em proveito do capitalismo internacional, tanto contra Estados marginalizados pelas nações *democráticas* quanto contra os próprios trabalhadores que têm suas garantias constantemente revogadas, chantageados, sobretudo, pelo risco do desemprego. A *liberdade* dos investidores, na agenda neoliberal, consagrada *democraticamente*, está diretamente relacionada à retirada de garantias aos trabalhadores, que veem algumas de suas conquistas históricas, como a previdência pública, sendo subtraídas.

O certo é que com o avanço das práticas neoliberais, a propagação da democracia, por meio da força ou da difusão ideológica, adquiriu espaço central na agenda política internacional, de modo que há menos de um século seria pouco imaginável esta obter, criando novas perspectivas de disputa (nacionalmente, em âmbitos inter e intraclassistas; internacionalmente, entre as nações concorrentes pelo monopólio de seu conceito e aplicação) e também gerando a necessidade de compreender com maior profundidade às suas perspectivas e os seus problemas diante da construção das lutas dos trabalhadores e demais oprimidos pelo capital. A democracia na agenda neoliberal se choca com a questão da universalização dos direitos.

Nesses moldes, o mercado não garante o acesso aos direitos, salvo em casos restritos e menos ainda na conjuntura de países como o Brasil, tradicionalmente excludentes. O mercado nos moldes neoliberais e pós-neoliberais está alicerçado em bases antagônicas ao bom desempenho de funções sociais. A possibilidade inclusiva do mercado está subordinada ao direito de propriedade, competitividade, expansão e lucro, que excluem grupos inteiros e concentram renda, em detrimento de um compartilhamento coletivo e igualitário, como aponta Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 35):

[...]A economia é, assim, dessocializada, o conceito do consumidor substitui o de cidadão e o critério de inclusão deixa de ser o direito para passar a ser a solvência. Os pobres são os insolventes (o que inclui os consumidores que ultrapassaram os limites do sobreendividamento). Em relação a eles devem adaptar-se medidas de luta contra a pobreza, de preferência medidas compensatórias que minorem, mas não eliminem a exclusão, já que esta é um efeito inevitável (e, por isso, justificado) do desenvolvido assente no crescimento econômico e na competitividade a nível global.

Nas condições expostas o público e o privado se confundem, requisitando um rearranjo das instituições e das leis, essas mesmas rearticuladas sob as perspectivas da eficiência do setor privado. O setor público se desenvolve na agenda neoliberal e pós-neoliberal em função do setor privado, se flexibilizando em proveito deste, conforme podemos ver em Ilse Gomes Silva (2003, p. 98):

A condição de *público não-estatal* é um exemplo deste deslocamento de fronteiras. Adapta-se aos principais postulados neoliberais, uma vez que responde às necessidades de flexibilidade da gestão estatal, coloca-se em um espaço virtual/híbrido que não é nem público e nem privado, dificultando a identificação da responsabilidade institucional e facilitando a apropriação dos recursos públicos. De acordo com a conveniência, pode assumir a face pública ou a face privada. Para receber recursos estatais, assume a face pública, mas para submeter-se à fiscalização das entidades dos movimentos populares e sindical e definir as normas de atendimento e de relações trabalhistas, assume a face privada, recorrendo ao direito de inviolabilidade da propriedade privada. Em suma é estatal pelos recursos que recebe, mas é privada pela autonomia na gerência desses recursos e nas normas de funcionamento.

Outra consequência acarretada, dentro deste quadro em que a esfera pública é rearticulada em função do exercício privado, é que a atuação política ganha outra dinâmica, fragmentada e pautada no ativismo que se limita em razão de combater alguns males, sem, no entanto pôr em xeque a sociedade de classes e as desigualdades inerentes a esta. A proliferação das Organizações Não Governamentais (ONG) internacionalmente reflete bem essa realidade, em que essas, em seu conjunto, pouco contribuem para a construção da política para além da atuação burocrática, fragmentada e aliada ao grande capital, pautando sua atuação, principalmente, na questão da ética moral, na preservação ambiental e na busca de alternativas que atenuem os efeitos da pobreza, constituindo um quadro amplo e complexo em que o público é determinado pelo capital privado e a democracia de base é desfigurada em relações próximas ao clientelismo tradicional (DAVIS, 2007).

Junto ao avanço das diretrizes neoliberais e pós-neoliberais (essas últimas, bastante configuradas ao domínio do Partido dos Trabalhadores⁴ no Poder Executivo Federal nos últimos doze anos) vemos um crescimento exponencial dessas ONGs, sem que isso signifique uma maior politização e democratização da vida social e sem que a resolução dos problemas a que se propõe solucionar seja devidamente realizada. Ao contrário, o avanço do neoliberalismo (e o conseqüente dismantelo de direitos, sobretudo trabalhistas) tem encontrado parcerias viáveis nas ONGs, que por sua vez tem em instituições como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) boas financiadoras, atuando conjuntamente a essas sob o discurso do desenvolvimento sustentável, mas que na prática continua disseminando miséria e opressão⁵. O redimensionamento da atuação política na agenda neoliberal (e em seu desdobramento pós-neoliberal) não atua em proveito do desenvolvimento democrático amplo e concreto, mas em seu esvaziamento, em que o ativismo serve como modelo de atuação conjugado ao capital privado, como fica claro em James Petras (apud SILVA, 2003, p. 103):

[...] Ao incorporar o pobre à economia neoliberal por intermédio puramente da ação privada voluntária, as ONGs criam um mundo político no qual a aparência de solidariedade e de ação social dissimula uma conformidade conservadora com a estrutura de poder nacional e internacional.

Esse exercício dissimulado de atuação política desenvolve-se, em volume significativo, configurado e pautado pelo capital privado tanto nacional quanto internacional, que por sua vez associa-se às ONGs em função de seus interesses, disseminando uma forma de construção política

pautada ideologicamente pela conflitante articulação conceitual entre a meritocracia e a solidariedade, em que a ação individual, cara às doutrinas liberais, assumem o protagonismo da articulação política na sociedade, alijando a noção de direitos em favor da ação voluntária, filantrópica e apatidária em proveito da ideologia neoliberal.

Outro aspecto relevante sobre a estruturação da democracia em uma sociedade balizada pelas práticas neoliberais e pós-neoliberais é que nessa conjuntura há comumente a subtração da soberania nacional (através de mecanismos diversos em que o ativismo característico das ONGs responde apenas parcialmente), principalmente nos países periféricos e semiperiféricos, submetendo-os a instituições supranacionais como o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial de Comércio, restringindo o alcance dos Estados nacionais e interditando ainda mais o poder de participação e interferência política ao cidadão comum, cada vez mais atomizado pela fragmentação de classe (fruto, dentre outras coisas, da especialização, da concorrência, da perda de força dos movimentos sociais em dado momento e da veiculação massificada da cultura espetacular mercantilizada) e cada vez mais distanciado dos poderes formais, salvo como contribuinte. Essa realidade, em que a própria noção de soberania adquire outra dinâmica, gera novas carências e tensões, como expõe o seguinte fragmento:

[...] Os Estados hegemônicos, por eles próprios ou através das instituições internacionais que controlam (em particular as instituições financeiras multilaterais), comprimiram a autonomia política e a soberania efetiva dos Estados periféricos e semiperiféricos com uma intensidade sem precedentes, apesar de a capacidade de resistência e negociação por parte destes últimos poder variar imenso [...] o Estado-nação parece ter perdido a sua centralidade tradicional enquanto unidade privilegiada de iniciativa econômica, social e política. A intensificação das interações que atravessam as fronteiras e as práticas transnacionais corrói a capacidade do Estado-nação para conduzir ou controlar fluxos de pessoas, bens, capital ou ideias, como no passado. (SANTOS, 2002, p. 35-36).

O exercício democrático, desta forma, se dá através de uma série de condicionantes (que ultrapassam em muito as fronteiras de um único Estado), interagindo dialeticamente com estes. Nas diretrizes neoliberais e pós-neoliberais a própria democracia se converte em uma mercadoria, e, como tal, submetida a leis de mercado como o direito de propriedade, livre concorrência e de oferta e procura, podendo ser alargada ou retraída

de acordo com a configuração econômica. Em países como os Estados Unidos, sob o pretexto de preservar a segurança nacional, os direitos políticos e sociais são obstruídos através de uma série de arbitrariedades, que ferem qualquer princípio legal estabelecido, sendo que a situação dos presos políticos em Guantánamo (que segundo o discurso oficial *são ameaças à democracia*) é apenas a ponta do iceberg.

A realização concreta da democracia, na atualidade, vai para esferas bem distintas da definição de *poder em público* utilizada por Bobbio (2000), e de conceitos históricos como *povo* e *cidadão*, entes políticos cada vez mais flexibilizados e reduzidos. Esses conceitos têm, dentro da dinâmica neoliberal, suas dimensões diminuídas em um movimento inverso às práticas inclusivas desenvolvidas nos países capitalistas centrais após a Segunda Guerra Mundial, que disseminaram, através do *Welfare State*⁶, políticas como o pleno emprego, visando atenuar a crise social desenvolvida pelo capitalismo internacional e oferecer alternativas compatíveis ao desenvolvimento capitalista. A partir da crise deste *Welfare State*, já na década de 1960, as práticas neoliberais ganham destaque e vêm a substituir crescentemente a concepção de cidadão pela de consumidor, que atende de forma mais direta essa aplicação elitista do conceito de democracia. Essa aplicação reconhece cada vez menos a existência de direitos garantidos e os substitui politicamente pela ideia de solvência, que cabe ao mercado suprir ou não, de acordo com a demanda e os lucros possíveis, ou nas palavras de Ilse Gomes Silva (2003, p. 16):

Nessa perspectiva, o processo de inclusão/exclusão nos centros decisivos está delimitado pelo mérito do indivíduo em desenvolver suas capacidades e em aproveitar as oportunidades oferecidas pelo sistema político. Note-se que a participação está demarcada pelo potencial de competitividade do indivíduo no mercado econômico e político e, conseqüentemente, pela sua capacidade de gerar riquezas.

Dentro das perspectivas neoliberais (encontrando continuidade nas diretrizes pós-neoliberais) a democracia encontra-se subordinada ao mercado, sendo que quanto maior o poder de consumo do indivíduo maior acesso este obtém às possibilidades democráticas. Neste contexto a democracia torna-se ornamento de outro tipo de totalitarismo, o do mercado, onde aqueles que detêm o capital, organizados internacionalmente (ainda que concorram entre si), impõem o seu domínio sobre todas as esferas da vida social (política, economia, cultura etc.), que por sua vez se convertem em mercadorias. É uma configuração construída através das vicissitudes históricas. Para superá-la, que construção histórica devemos realizar?

3 SOCIAIS DEMOCRATAS?

Dentro dessa configuração, em que a democracia é articulada internacionalmente em proveito do grande capital, quais as possibilidades existentes aos que pouco ou nada possuem? Que configurações a democracia pode receber para que esta se desenvolva em outras bases? Como as camadas populares podem se articular? A democracia oferece saídas para a atual constituição política, hegemonicamente subordinada ao poder econômico? A esquerda pode oferecer soluções para o problema do desnível entre a democracia formal e a democracia real?

Além destas questões, as camadas populares enfrentaram situações duríssimas ao longo de sua constituição histórica. Se por um lado, a democracia configurada pelo capital representa o mascaramento das contradições sociais e da subordinação do trabalho (e por extensão, do trabalhador) ao capital, por outro lado, a sua abolição nos moldes burocráticos stalinistas ou fascistas representou a consumação de sua tragédia. Se a democracia alinhada ao capital encontra os seus limites nos âmbitos da manutenção da sociedade de classes e o conseqüente predomínio dos proprietários dos meios de produção e do capital financeiro sobre os demais sujeitos sociais, o estatalismo stalinista demonstrou o quão aguda pode ser a opressão social em que a construção democrática esteja ausente. O estatalismo, longe de representar a elevação social dos trabalhadores, acarreta, ao contrário, na supressão da classe trabalhadora pelo capital monopolista, devidamente articulado aos quadros burocráticos do Estado, numa espécie de coletivismo dirigido pelos representantes da burguesia e do Estado, conforme analisa de forma perspicaz Guy Debord (2008, p. 71, grifo do autor):

A burocracia totalitária não é a “última classe proprietária da história” [...] mas apenas *uma classe dominante substituta* da economia mercantil. A propriedade privada capitalista enfraquecida é substituída por um subproduto simplificado, menos diversificado, *concentrado* em propriedade coletiva da classe burocrática. Esta forma subdesenvolvida de classe dominante é também a expressão do subdesenvolvimento econômico; e tem como única perspectiva recuperar o atraso desse desenvolvimento em algumas regiões do mundo. O partido operário, organizado segundo o modelo burguês da separação, forneceu o quadro hierárquico-estatal a essa edição suplementar da classe dominante.

A questão da democracia sempre se apresentou direta ou indiretamente às camadas

populares, à esquerda política e a todos que reivindicam transformações profundas na sociedade e desejem que esta adquira feições mais igualitárias. A democracia para ser plenamente realizada deve ser construída para além dos horizontes determinados pelo capital, deixando, portanto, de ser *burguesa*. Esta afirmação complexa de democracia existente no Estado liberal só pode ser apreendida e superada dialeticamente, retirando desta o sentido único difundido pelo discurso dominante e também do confinamento ao capitalismo, como uma parcela da esquerda o faz, não concebendo outro exercício democrático que não seja *burguês* e não reconhecendo que as camadas populares, apreendidas em seu conjunto, historicamente exerceram um papel de suma importância para o desenvolvimento da democracia e tiveram internacionalmente pelo menos duas tarefas árduas:

- 1 Organizar-se, enquanto classe produtiva, para lutar por melhores condições de vida e trabalho e para buscar a superação do modelo produtivo que os aprisiona.
- 2 Reivindicar aos poderes estabelecidos o reconhecimento da legitimidade do seu direito de auto-organizar-se. O que significava reivindicar a inserção dos proletários, organizados em agremiações como partidos ou sindicatos, no âmbito da política formal, transportando as lutas proletárias da esfera criminal para a política, dando à política feições menos excludentes e, dessa forma, contribuindo para que a democracia se realize de forma mais abrangente e menos oligárquica.

Mas a luta pela construção e inserção democrática ultrapassa os limites da luta pelo reconhecimento formal dos direitos políticos. O exercício político passa pela construção da cidadania (conceito, que assim como o de democracia é bastante polissêmico e determinado pelas forças produtivas) e pelas condições concretas para a sua efetivação. Essa luta está plenamente conjugada a lutas históricas dos trabalhadores, como pela redução das jornadas de trabalho, férias remuneradas, salário mínimo, segurança no trabalho, proteção ao menor, desenvolvimento educacional e a resolução de uma série de necessidades que uma vez não supridas interditam profundamente o exercício democrático concreto e amplo. Esta luta está conjugada à luta pela construção de uma sociedade mais igualitária, sem a qual a realização ampla da democracia é interdita.

A participação política e a construção democrática se dão de modos diversos e vão para muito além do exercício formal e do direito ao voto, inclusive por que estes, atuando de forma restrita, são insuficientes para o desenvolvimento de

uma sociedade política realmente democrática. A organização democrática responde às estruturas em que a sociedade está estabelecida e seu exercício interage dialeticamente com os movimentos desta, podendo avançar ou retroagir sob diversas perspectivas. A superação da democracia vigente é correspondente à superação revolucionária do capitalismo enquanto modo de produção, distribuição e consumo, ou nas palavras de Lênin (2007, p. 138):

A democracia tem uma enorme importância na luta da classe operária por sua emancipação. Mas a democracia não é um limite que não possa ser ultrapassado, e, sim, uma etapa no caminho que vai do feudalismo ao capitalismo e do capitalismo ao comunismo.

Esta visão, que tem em Lênin um de seus propagadores mais proeminentes, articula o movimento democrático contemporâneo à sua própria superação. Mas o que vem depois? A democracia encontra qual lugar em um mundo pós-sociedade de classes? Aprofundando o exposto por Lênin, Curiel (apud COUTINHO, 2003, p. 162) dissemina que:

A democracia progressiva não significa apenas uma etapa, uma fase à qual se chega e na qual se fica por algum tempo a fim de retomar o fôlego para seguir adiante: a democracia progressiva é a formulação política do progresso social da revolução permanente.

A democracia, enquanto estrutura política configurada pelo modo de produção capitalista, se desenvolve tal qual este de forma complexa, dinâmica e contraditória, articulando tanto o domínio classista da burguesia quanto o seu diâmetro oposto. O fato é que a democracia é realizada de forma interligada às estruturas da sociedade e a sua transformação está bastante relacionada às transformações destas, não de forma etapista, mas através da supressão e realização dialética destas. A superação da democracia vigente é correspondente à superação do capitalismo enquanto modo de produção econômico. A democracia, em virtude da luta dos expropriados pelo capital, deve ser suprimida em seu modelo atual e realizada em outras bases, mais inclusivas e abrangentes, para além do terreno onde se desenvolveu até o momento.

As lutas das camadas sociais expropriadas pelo capital e as seguidas crises do capitalismo resultaram, em meados do século passado, numa maior abertura política, dando à cidadania um alcance até então ainda não atingido e trazendo à luz do dia necessidades, questões e sujeitos sociais ainda pouco considerados tanto pela direita quanto pela

esquerda. Os efeitos da sociedade de classe não se resumem à miséria material dos trabalhadores, mas também na marginalização de uma gama enorme de atores sociais: mulheres, crianças, homossexuais, estrangeiros, camponeses, índios, negros e toda uma constituição complexa de sujeitos que existem em função das esferas produtivas, mas também para além destas. O homossexual rico também é discriminado, ainda que a sua base material lhe dê maior proteção do que a do pobre, que tem sua condição de discriminado ampliada em função de sua pobreza.

Dessa forma, articular-se enquanto classe ganhou uma dimensão maior com a entrada desses sujeitos sociais, cujas condições, muitas vezes ganham tal dinâmica, que considerá-los apenas na perspectiva da exploração da mais valia é insuficiente, gerando a necessidade de aprofundar a inclusão democrática entre as questões que a esquerda deve tratar com maior atenção, porque estas se apresentam no cotidiano e precisam de respostas que não podem esperar uma revolução social para serem resolvidas.

A classe trabalhadora, através da especialização, da concorrência, do fluxo de trabalhadores de diversas regiões e da massificação cultural, encontra-se fragmentada como nunca dantes, o que torna a articulação e absorção democrática dos diversos sujeitos que participam de sua composição histórica – com a devida e necessária assimilação e administração dos dissensos – uma condição sem a qual a satisfação de suas necessidades concretas e a construção de um mundo mais livre e igualitário se torna inviável. Assim, a articulação democrática dos trabalhadores, exercida criticamente, apresenta-se como uma via em busca da unidade, que não significa pensamento único, mas a consciência de que as condições atuais foram historicamente produzidas e que podem ser historicamente superadas. O ingresso de sujeitos sociais diversos, que devem ser considerados em seu universal (expropriados pelo capital), em seu particular (em seus gêneros e manifestações) e em seu singular (que concebe cada ser humano como único em si mesmo) estabelece pontos de conflitos com as tradicionais formas de organização, mas dá uma perspectiva muito mais nítida do volume de questões e necessidades que o ser humano apresenta e dá à luta de classes configurações ainda mais concretas.

A expressão *democracia burguesa* se tem sua fundamentação histórica e confirmação em seu exercício cotidiano por um lado, por outro se mostra insuficiente para abarcar a dimensão da questão. As experiências stalinistas demonstram que a liberdade para o dissenso e como administrá-lo é questão fundamental para a (re)construção da esquerda como força política que melhor responde aos anseios da classe proletária. A democracia, dentro da configuração contemporânea, é incorporada, por

necessidade e imposição, à agenda das articulações das forças da esquerda, não podendo mais ser negligenciada (nem seu fetiche ser estimulado) e urgindo um aprofundamento tanto no âmbito da compreensão, quanto da realização prática, não apenas para a geração da igualdade (política, econômica e social), mas para a administração das desigualdades constituídas a partir de experiências históricas específicas de cada categoria e de cada sujeito social.

Outro ponto que merece reflexão, ainda que demasiadamente limitada pelo espaço destinado a um artigo, é a perspectiva de partido único e do centralismo, seja este *democrático* ou *burocrático*, talvez o ponto mais polêmico e mais susceptível ao dissenso. As divergências existentes entre os apoiadores de Karl Marx e os de Mikhail Bakunin na Primeira Internacional⁷ se mostra viva até hoje. Até que ponto partido único é compatível com as práticas democráticas e com a liberdade que só pode ser apreendida pelo dissenso? Partido único significa pensamento único?

A organização dos explorados passa pela centralidade, não há unidade de classe sem essa, mas a centralidade almejada só abarcará todo o conjunto de expropriados pelo capital se essa estiver articulada de forma radicalmente democrática, a fim de preservar a sua própria dignidade e legitimidade. A construção da democracia, dentro dessas perspectivas, deve se dar em função não da concorrência, como na democracia burguesa, mas da solidariedade entre todos os expropriados. A solidariedade de classe é fundamental para administrar o dissenso, fortificar a unidade dos diversos sujeitos sociais e para sensibilizar a coletividade diante de todos os valores e necessidades que cada um possui, algo que Antonio Gramsci (1991, p. 84, grifo do autor) articulou de forma bastante clara:

O centralismo democrático oferece uma fórmula elástica, que se presta a muitas encarnações; ela vive enquanto é interpretada e adaptada continuamente às necessidades. Ela consiste na pesquisa crítica de tudo que é igual na aparente disformidade, e diferente e inclusive oposto na aparente uniformidade para organizar e ligar estreitamente tudo que é semelhante, mas de modo que a organização e a conexão pareçam uma necessidade prática e “indutiva”, experimental, e não o resultado de um processo racionalista, dedutivo, abstrato, isto é, próprio dos intelectuais puros (ou asnos puros). Este trabalho contínuo para selecionar o elemento “internacional” e “unitário” na realidade nacional e local é, na realidade, a ação política concreta, a única atividade criadora de progresso histórico.

Dentro do contexto atual a luta contra o poder opressivo do capital se alarga, ganha novos atores, estabelece novas questões e dimensões e a democracia se incorpora definitivamente entre as lutas da esquerda sendo, simultaneamente, um meio e um fim, devendo, para a realização da sociedade sem classes, ser radicalmente suprimida e radicalmente realizada.

4 CONCLUSÃO

O desenvolvimento histórico da democracia hodierna se deu em decorrência da afirmação da burguesia como classe dominante. Determinada pelas perspectivas neoliberais e pós-neoliberais a democracia consagra a divisão da vida social e é reinventada como mercadoria, numa abordagem que a converte não em um direito, mas num mérito em que apenas os aptos a produzir a circulação de bens privados podem usufruir forma mais ampla e concreta.

Desse modo, a democracia é uma ferramenta útil em produzir novas e velhas formas de desigualdades em que o antigo cidadão cede lugar ao consumidor, alijado de direitos consolidados e submetidos às oportunidades e vicissitudes inerentes ao mercado, que no modelo neoliberal ganha à centralidade da vida social.

Dentro da constituição da economia como poder destacado, a democracia instrumentaliza institucionalmente a concentração de capital e poder nas mãos da burguesia, legitimando enquanto ideologia a desigualdade materialmente construída.

Essa abordagem do exercício democrático alinha-se com as diretrizes neoliberais – e em seu desdobramento pós-neoliberal - que, em face da crise do *Welfare State* e do enfraquecimento dos movimentos sociais, projeta-se hegemonicamente atingindo os trabalhadores tanto nos países centrais, quanto (e principalmente) nos países periféricos, onde o Estado, reduzido em suas funções sociais, intensifica seu caráter intervencionista em favor do grande capital.

No âmbito das camadas populares, historicamente conectadas às lutas pelas transformações sociais, a questão da construção da democracia ganha grande centralidade em decorrência tanto da opressão destas camadas diante do modelo de democracia liberal quanto da atuação das burocracias antidemocráticas stalinistas (sem esquecer as experiências com os diversos tipos de fascismos). A estas camadas cabe, em proveito da grande maioria, relacionar-se com as instituições democráticas a partir de uma perspectiva dupla; supressão e realização.

Desta forma, se faz necessário suprimir a democracia dentro do modelo liberal através de sua própria apreensão crítica em que os expropriados

entendam que esta, configurada pelo grande capital, responde a este, consistindo em instrumento valioso para a manutenção do predomínio classista, representando aos expropriados pelo capital, uma liberdade (e escolha) ilusória.

Por outro lado, a democracia deve ser radicalmente (re)construída, em outros moldes, onde as desigualdades geradas pelo capitalismo estejam em vias de destruição tanto material quanto ideologicamente. Esta articulação democrática desenrola-se em abolição da sociedade de classes, mas não se resume apenas a isso. Dentro dos parâmetros de superação das desigualdades, o reconhecimento da pluralidade dos sujeitos sociais é fundamental e enriquecedor e a liberdade para o dissenso, longe de ser uma ameaça à unidade, a constrói em bases mais concretas, tendo em uma articulação democrática solidária e igualitária o veículo para o desenvolvimento das forças transformadoras.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Elsevin, 2000.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- HAYEK, Friedrich. **O caminho para a servidão**. Trad. Marcelino Amaral. Lisboa: Edições 70, 2009.
- LÊNIN, Vladimir. **O Estado e a revolução**. Trad. Aristides Lobo. São Paulo: Centauro, 2007.
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã: Feuerbach - a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista**. Trad. Frank Müller. São Paulo: Martin Claret, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na reforma do Estado**. São Paulo: Cortez, 2003.

Jonadabe Gondim Silva

Historiador

Mestre em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

E-mail: intifadajgs@yahoo.com.br

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Av. dos Portugueses, 1966 - Bacanga, São Luís/MA

CEP: 65080-805

NOTAS

- ¹ O modelo neoliberal foi adotado ao fim da segunda grande guerra em oposição tanto ao socialismo burocrático stalinista, quanto ao modelo intervencionista keynesiano e ganhou força a partir do final da década de 1970, com a ascensão de Margaret Thatcher ao governo britânico, pela derrocada do bloco soviético ao final dos anos de 1980 e com as deliberações emitidas no Consenso de Washington (conjunto de medidas, formuladas em 1989, que visavam promover nos países sob a influência dos EUA, notadamente os da América Latina, ajustes macroeconômicos consonantes ao desenvolvimento das práticas neoliberais).
- ² Lembrando que o modelo pós-neoliberal, bastante em voga na América do Sul da atualidade, longe de representar a superação do neoliberalismo, constitui-se como um rearranjo e um prolongamento deste, em virtude de determinados processos de crise, encontrando-se profundamente atrelado aos princípios neoliberais de Estado mínimo e da condução da esfera pública pelo capital privado.
- ³ Esta *nova esquerda* é configurada genericamente a partir da década de 1960 em função, principalmente, do ativismo social e ganhando nova dimensão com a queda do bloco soviético, ao final da década de 1980, em que a própria viabilidade da construção da sociedade sem classes é posta em xeque.
- ⁴ O Partido dos trabalhadores (PT) formado em 1980, detém a Presidência da República no Brasil desde 2003.
- ⁵ A Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, conhecida como lei das ONGs que qualifica as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e normatizou e criou novas relações de trabalho, legalizando a prestação de serviços não remunerados por período superior a 90 dias, evitando vínculos empregatícios e encargos sociais.
- ⁶ O *Welfare State*, também conhecido como o Estado de Bem-Estar Social ou o Estado assistencial, é o termo utilizado para designar o Estado que garante padrões mínimos de acesso a saúde, educação, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos.
- ⁷ A Associação Internacional de trabalhadores (AIT) - também conhecida como a Primeira Internacional - foi fundada em Londres em 28 de setembro de 1864. Conhecida por ajudar a dar forma e conteúdo às concepções socialistas, foi marcada pelos fortes embates entre os seguidores de Karl Marx e Mikhail Bakunin, as lideranças de maior envergadura do movimento.